

Resposta Sindiveg

Na agricultura, os defensivos agrícolas – também conhecidos como agroquímicos, agrotóxicos, pesticidas, praguicidas ou produtos fitossanitários – são substâncias químicas ou biológicas que estão entre as tecnologias usadas nas lavouras. Eles existem para proteger as lavouras do ataque e da proliferação de fungos, bactérias, ácaros, vírus, plantas daninhas, nematoides e insetos considerados pragas ou causadoras de doenças, garantindo alimento de qualidade à mesa da população e a produção em larga escala.

O ataque de pragas no Brasil é mais severo por conta das condições climáticas de um país tropical, com temperaturas mais altas e ambiente mais úmido, sem o inverno característico da Europa, Canadá e boa parte dos Estados Unidos. Afinal, as temperaturas mais baixas, incluindo a neve, evitam a reprodução das pragas, que tornam os alimentos impróprios para o consumo. Há também a proliferação de plantas daninhas que competem com os cultivos agrícolas por água, luz e nutrientes do solo atrapalhando o pleno desenvolvimento dos alimentos.

Dependendo das condições climáticas, algumas pragas podem se manifestar com maior ou menor intensidade. Produtos usados aqui podem não ser necessários em países cujo inverno rigoroso, no clima temperado – muitas vezes com neve – reduz naturalmente as pragas e seus danos. A demanda por um determinado produto varia de acordo com o tipo de praga, de cultura e das condições climáticas, influenciando a política de registro de produtos. Ou seja, se não tiver demanda por determinado defensivo, não tem registro do produto naquele país.

É importante ressaltar que os produtos autorizados em outros países não são automaticamente autorizados no Brasil. A eficácia dos produtos registrados no Brasil e sua segurança para os seres humanos e o meio ambiente são atestadas pelos órgãos nacionais responsáveis pelos

setores da agricultura, da saúde e do meio ambiente (Ministério da Agricultura, Anvisa e Ibama), que avaliam a viabilidade de uso dos defensivos agrícolas à luz das peculiaridades e regulamentações do País.